



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JÚLIA AMABILE APARECIDA DE SOUZA PINTO

**OS MILITARES E O MEIO AMBIENTE: O PROJETO
CALHA NORTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO.
1985-1990.**

Londrina

2008

JÚLIA AMABILE APARECIDA DE SOUZA PINTO

**OS MILITARES E O MEIO AMBIENTE: O PROJETO
CALHA NORTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO.**

1985-1990.

Trabalho de conclusão de curso apresentada
como requisito parcial para conclusão do Curso
de História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves
Ferraz.

Londrina

2008

JÚLIA AMABILE APARECIDA DE SOUZA PINTO

**OS MILITARES E O MEIO AMBIENTE: O PROJETO
CALHA NORTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO.
1985-1990.**

Trabalho de conclusão de curso apresentada como
requisito parcial para conclusão do Curso de História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida.

Prof. Dr. Gilmar Arruda.

Londrina, ____/____/____

Aos meus pais, que me ensinaram a amar a História:
Donizetti e Elizdete.
Aos queridos Tio Milton e “Vô” Antenor, Saudades.
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Quero aproveitar o espaço e agradecer a várias pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para este trabalho e nesses quatros anos que estou em Londrina.

Primeiramente quero agradecer a todos os professores do curso de história da Universidade Estadual de Londrina que contribuíram para minha formação, não só acadêmica como de vida, em especial meu orientador Prof^o Dr. Francisco César Alves Ferraz (Chico), Prof^o Dr. Carlos José, Prof^a. Dra. Lucia Helena e Prof^a. Dra. Maria de Fátima.

A todos meus familiares (tios, tias, primos e primas) que sempre me apoiaram e tiveram por mim enorme carinho. A minha avó, dona Delmira, por sempre se preocupar comigo.

Também quero dedicar este trabalho a três pessoas que não estão mais presentes, mas fazem parte da minha história, por seus exemplos de luta e garra. Vocês são luzes na minha vida, e estarão sempre comigo: Tio Milton, “Vô” Antenor e “Vó” Amabile.

Quero agradecer as pessoas que se tornaram a minha família em Londrina, são elas amigos queridos e companheiros nos momentos bons e ruins, durante toda essa caminhada de quatro anos, e espero, nas caminhadas futuras:

As minhas lindas amigas sempre presentes nas longas conversas; das festas e cervejas; dos trabalhos da faculdade; dos risos; dos choros; dos filmes; dos cinemas; dos livros românticos; das músicas; dos recadinhos na sala; das histórias e fofocas; do clube da Luluzinha; das viagens inesquecíveis; dos forrós e sempre carneiras. Enfim aquelas que fizeram valer a pena: Camila (Camis), Luana (Lua), Daiana (Daí), Carol (às vezes Elaine) e Aline e Sirlene. Obrigada por tudo meninas, foi lindo!

Ao Gilberto (Gil), pela ajuda em vários momentos, por ser sempre prestativo, carinhoso e leal aos seus amigos. Ao meu amigo marxista, Alessandro, um cara gentil, super-querido e honesto. A Celina por todas as vezes que nos ouviu, deu conselhos, nos ajudou, e por ser tão querida também. Este trabalho não seria possível sem vocês!

A todas as pessoas que me apoiaram nesse trabalho de alguma forma, mas que seria impossível falar todos os nomes. Um obrigado a todos.

A minha amiga e irmã do coração Eliana (Ly), obrigada por tudo, por sua amizade sempre presente, por seus conselhos, amor e carinho. Também quero agradecer pelas várias traduções para o inglês que você fez quando precisei, por ter lido esse trabalho e ajudado com correções importantes.

Aos meus irmãos, maravilhosos e guerreiros, Bruno e Breno, obrigada pelas contribuições de nossas conversas (às vezes com brigas). Mesmo como nossas diferentes visões sobre a filosofia, a história e a economia, sempre seremos unidos por um sentimento de mudança e transformação da sociedade.

Aos meus irmãos “caçulas”: Gabriel por ser um menino tão gentil, carinhoso e responsável e ao Brean, por ser um garoto alegre, decidido, e não abaixar a cabeça nunca. Obrigada aos dois pelas risadas e pelas brigas também.

A minha linda sobrinha Beatriz, por ser uma presença especial na minha vida, uma criança maravilhosa, alegre, amável, carinhosa e inteligente.

Aos meus pais, Donizetti e Elizdete, quero agradecer o incentivo e apoio incondicional que sempre me deram. A contribuição como exemplos de luta, de amor à educação, de respeito e cuidado ao meio ambiente, que sempre ensinaram aos seus filhos que o conhecimento torna as pessoas mais humanas e solidárias com o próximo. Este trabalho é para vocês dois. Amo vocês família Pinto!

*“(...)Vem, Esperança, e pousa leve,
Como um traço de verde giz
(É meu anseio que te escreve)
Sobre a sorte do meu país.
Um som de flauta rude se derrama
No que restou da terra comburida.
O sanhaço é nostálgica lembrança
De outro tempo, outra mata, noutra vida (...)”.*
Carlos Drummond de Andrade

PINTO, Júlia Amabile Aparecida de Souza. **Os militares e o meio ambiente: o Projeto Calha Norte no contexto amazônico: 1985-1990.** Trabalho de conclusão de curso. Londrina, 2008.

Resumo

Esta monografia pretende levantar reflexões acerca do pensamento e ações militares sobre o meio ambiente, a partir da pesquisa sobre o projeto Calha Norte, implementado na região amazônica nos anos de 1985 e 1990. Também se pretende analisar, qual a relação dos militares com a Amazônia, e como concebem o desenvolvimento para a mesma.

Durante a ditadura militar (1964-1985) observamos que esse desenvolvimento para a Amazônia era visto como uma necessidade de integrá-la ao resto do país, mesmo com medidas questionáveis do ponto de vista ambiental. Já no período do Projeto Calha Norte, observamos que a ocupação militar era vista com uma necessidade de se assegurar a soberania sobre o território, aliada a uma relação conflituosa dos militares com as demarcações de terras indígenas sobre jazidas minerais. Para as Forças Armadas brasileiras que deixavam o poder central após a ditadura, havia o medo da internacionalização da Amazônia, pela atuação de grupos ambientalistas e de defesa dos índios. E os militares tomam a si a tutela da Amazônia.

Com análise do projeto Calha Norte, procuramos mostrar que a relação que os militares têm com o meio ambiente amazônico, é a de foco estratégico para a defesa nacional, que deveria então ser aprimorada através de estruturação de unidades de fronteira e de projetos de desenvolvimento, garantindo a ocupação econômica e militar da região, pois este projeto, entre 1985 e 1990, não faz referência ao meio ambiente.

Dessa forma consideramos que a visão sobre o meio ambiente na perspectiva militar não difere do resto da sociedade civil, que pensa meio ambiente e natureza como “instrumentos” para se chegar ao progresso.

Palavras chaves: Militares, meio ambiente e História, Amazônia, Territórios do político.

PINTO, Júlia Amabile Aparecida de Souza. **Militaries and the environment:** the Projeto Calha Norte in the Amazonian context: 1985-1990. Course Conclusion Work. Londrina, 2008.

Abstract

This paper intends to arise reflections concerning the thought and militaries actions about environment, from researches about Calha Norte project, implemented in the Amazon Region in 1985 and 1990. It is also intended to analyze the militaries' relation with Amazon, and how they conceive the development to it.

During the Military Dictatorship (1964 -1985) we observe that this development to Amazon was seen as a necessity to integrate it to the rest of the Country, even with questionable measures from the environmental viewpoint. Already in the period of Calha Norte project, we observe that the military occupation was seen as a need to ensure the sovereignty over the territory, allied to a conflictual relationship of militaries with demarcation of indigenous lands over minerals deposits. In order that after the Dictatorship there was a fear of the Internationalization of Amazon by the performance of environmental groups and defense of the Indians.

With Calha Norte project, we seek to show that the relation of militaries and the Amazon is a strategic focus to the national defense that should be improved through the structure of border units and development projects, ensuring the economic and military occupation of the region because the Calha Norte project between 1985 and 1990 doesn't do reference to environment.

For this reason it is considered that the vision about environment in the military perspective doesn't differ from the rest of the civil society that thinks environment and nature as "instruments" to the progress.

Key Words: Militaries, environment and History, Amazon, Political territories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA -----	11
1. BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO HOMEM E MEIO AMBIENTE -----	16
1.1 A Questão Ambiental-----	21
2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA ----	24
3. AMAZÔNIA -----	27
3.1 Sobre a Internacionalização-----	32
4. O PROJETO CALHA NORTE -----	37
4.1 O PCN e o Meio Ambiente-----	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	50
ANEXOS -----	52

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

Esta monografia pretende levantar reflexões acerca do pensamento e ações militares sobre o meio ambiente, a partir da pesquisa sobre o projeto Calha Norte, entre 1985 e 1990, implementado na região amazônica. Também pretende analisar as relações dos militares com a Amazônia, e como concebem o desenvolvimento para a mesma.

A problemática dessa questão vem no sentido de buscarmos compreender, através de análise histórica, o pensamento e prática dos militares brasileiros em relação à questão ambiental. Este esforço de pesquisa situa-se no campo de estudos da História Social e para tanto devemos tornar claras alguns dos pressupostos dos estudos da história ambiental e político-institucional que serão adotados neste trabalho.

Nas últimas décadas do século XX, os campos de pesquisa e reflexão históricas foram ampliados com a introdução ou recuperação de novos objetos, novas fontes que possibilitaram a fragmentação temática, e uma nova metodologia. O surgimento da História Social tem como referência necessária o movimento dos Annales nas primeiras décadas do século XX, contra a história factualista rankiana e propunha a abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, à abertura de objetos e aperfeiçoamento metodológico, com novos problemas e métodos da pesquisa Histórica (CASTRO, apud CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Essa oposição à história metódica vai definir uma ênfase no social na produção historiográfica que irá ao longo dos anos se reafirmando como campo de pesquisa e postura historiográfica. Este trabalho focado no meio ambiente e nos militares, parte da premissa que a relação entre homem e natureza molda-se e constroem-se no tempo pelas ações culturais e sociais dos sujeitos históricos, entre eles o Estado, suas instituições e a sociedade, nos quais ocorreram à criação de representações sobre a natureza a ser conquistada, dominada e modificada. Procuramos assim compreender essas relações e representações dentro da instituição militar a partir do projeto Calha Norte.

Nessa perspectiva, pode se afirmar que esta monografia insere-se no campo de estudo da História Social e mais especificamente da linha de pesquisa Territórios do Político, pois entendemos que o campo da história política compreende uma reflexão que vai além de uma história tradicional dos Estados, partidos políticos, líderes e “heróis” e também sob uma ótica marxista, das relações de classe.

Consideramos que a pesquisa histórica é a possibilidade de se pensar o mundo, mas esse pensar no caso da História é problematizar um objeto bem demarcado no espaço e no tempo e percebê-lo em suas mudanças temporais (REIS, 2002).

Neste trabalho, a problematização do nosso objeto, o sentido por nós buscado vem a partir da escolha do recorte histórico, ou seja, espaço tempo que nesse caso é o Brasil no período de 1985 a 1990. Conforme nos fala Veyne (1986, p. 45-55) o historiador/autor seleciona na História aquilo que lhe é importante, essa importância direcionará a escolha do seu tema e das suas fontes. Nossos valores, portanto definiram a importância dos eventos e das fontes por nós escolhidos.

Os valores que definem esse trabalho são: a preocupação com o meio ambiente e a necessidade de compreendermos e analisarmos as ações do homem no meio em que vive. As modificações causadas no meio ambiente são conseqüências de uma concepção de natureza que consideramos ser importante estudar, face aos problemas ambientais do presente, tais como: efeito estufa, desmatamentos, poluição, entre outros e que são, em partes, resultantes dessa problemática levantada.

Por se tratar de um estudo que envolve a relação homem e meio ambiente e, dessa forma, sobre a concepção de natureza construída historicamente pelas sociedades ocidentais, entendemos ainda ser importante algumas reflexões de Santos (1987), que explicando sobre a emergência de uma ciência, que rompa a dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas, que possa ir além do controle e quantificação da natureza.

Compreendemos como esse autor que não há separação entre o homem/sujeito da pesquisa e natureza, pois esta está presente em nós. Homem e natureza estão intrinsecamente ligados, ambos são parte deste universo e composto por ele (ALMEIDA, 1999).

A partir dessa primeira preocupação, portanto, sentimo-nos instigados a discutirmos essa problemática entre os militares. A instituição militar exerceu, e ainda exerce um papel significativo na história do Brasil, não somente como importante instituição constitucional de defesa da nação, mas também por ter desempenhado em sua história, papel relevante e às vezes decisivo nas relações políticas, econômicas e sociais brasileiras, principalmente no período republicano.

Essa participação ativa produziu, entre pesquisadores de ciências humanas, definições que separavam idealmente os militares “políticos” daqueles que se limitavam a desempenhar suas funções militares no sentido mais estrito do termo. No entanto, entenderemos nesta monografia, a partir de reflexões de Oliveira (1994) e Ferraz (1997), que inexistiu uma divisão entre “militar profissional” e “militar político”, pois a instituição militar detém o monopólio

da coerção legal e, sendo essa coerção fundamental à política, e fazendo parte do Estado, está indissociavelmente ligada ao meio político.

Ainda em Ferraz (1994, p. 86) a ação política dos militares não se reduz a golpe de Estado ou intervenções repressivas, mas “[...] a toda e qualquer pressão, gestão, interferência e participação, por meio da instituição como um todo, ou em parte, no domínio da esfera pública [...]”. Podemos então perceber a participação das Forças Armadas em vários setores da sociedade como o controle de recursos naturais considerados estratégicos, funções ideológicas de nacionalidade, a educação nas escolas militares entre outros.

Compreendemos com esse autor que existe interação entre civis e militares, e que ambos ao se relacionarem produzem suas próprias demandas de poder e também filtram as do outro e que os militares também partilham como os civis de uma “visão da natureza a ser desenvolvida”. Assim, será estudada neste trabalho a perspectiva dos militares sobre o projeto no que se refere a sua participação na Amazônia, explicitadas em publicações como a revista “Defesa Nacional”.

A escolha do projeto Calha Norte como objeto de estudo reflete um momento importante nas relações entre os militares brasileiros, que haviam acabado de deixar o poder, e a sociedade civil. Segundo Oliveira (1994), após o fim da Guerra Fria, e conseqüentemente da confrontação entre Ocidente/Oriente, ou mesmo a ameaça comunista, os militares encontraram-se em uma crise de identidade, pois não tinham mais um inimigo claro e, portanto, uma “função”, aliado a um sentimento de rejeição aos militares por parte da sociedade em decorrência da ditadura militar.

Nesse sentido a Amazônia surge como uma “razão” para a manutenção da instituição militar, como ponto de partida para recuperar uma missão, aliada a perspectiva de defesa da nação, da territorialidade, soberania. Nesse contexto, temos a execução do projeto Calha Norte (1985 no Governo do Presidente Sarney), com a possibilidade de ocupação militar (ao norte dos Rios Solimões e Amazonas) de um “vazio demográfico”, com pouca atuação do Estado, mas área com forte presença indígena, jazidas minerais, fronteiras e a problemática de internacionalização da Amazônia.

Amazônia: Paraíso Perdido, Eldorado, Inferno Verde, Vazio Demográfico, Eterna Potência a ser desenvolvida, Fronteira, enfim, entre tantas imagens construídas historicamente que se reproduzem e ganham força ao longo do tempo (BECKER, 1990), é nela que o Projeto Calha Norte terá destaque e atuação.

No período por nós recortado (1985-1990), temos de início o processo de “redemocratização” do país, ou seja, a saída dos militares do poder. E o momento de

execução do nosso objeto de estudo (1985) se dá no governo do presidente José Sarney, sendo seus primeiros anos fundamentais para a continuidade do projeto, até o momento que o presidente Collor assume a presidência do Brasil (1990).

Portanto, esse recorte é feito nos primeiros anos do projeto, visto que a partir de 1990 o projeto Calha Norte sofreu forte redução orçamentária até 1999 quando passou por uma revitalização e passou a ser chamado de Programa Calha Norte.

O que nos interessa neste trabalho é o recorte de 1985-1990 já que são os primeiros anos do projeto e que representam o crescimento de discussões, em nível nacional e internacional, sobre o patrimônio ambiental da Amazônia, seus recursos minerais e sua biodiversidade.

Outro ponto importante é a presença indígena na região e sua relação conflituosa com os militares, principalmente nas regiões das reservas indígenas, consideradas pelos militares locais que teriam potenciais de recursos minerais, como o caso dos Ianomâmis (ZHOURI, 2002).

Nesse trabalho de conclusão de curso o sentido que buscamos compreender é analisar o pensamento militar através do projeto Calha Norte para percebemos através de um olhar crítico, os conceitos por eles expressados, de segurança nacional, progresso, desenvolvimento e natureza ali presentes e como isso na prática resultou em uma concepção de Amazônia a ser desenvolvida.

Portanto, nossas fontes para esse estudo serão publicações militares ou vinculadas a essa instituição, como a revista *A Defesa Nacional* e o levantamento bibliográfico de obras (livros, artigos, teses) que tratem de meio ambiente e história, militares e Amazônia. Nesses autores iremos buscar os conceitos, elaborados pelos militares, de progresso, natureza, desenvolvimento, que contribuirão para a formulação de questionamentos ao nosso objeto. Com isso esperamos entender questões como:

- Qual a concepção de progresso para a Amazônia, no projeto Calha Norte?
- Este projeto expressa uma concepção do que é meio ambiente para os militares?

O nosso objetivo é o diálogo entre conceitos, teorias com o objeto temático. Procuramos a compreensão do passado e de nós, enquanto sujeitos conscientes de suas nossas ações e pertencentes a esse passado. Nossa busca é por tornar esse passado inteligível no presente ou nos significados que queremos produzir ao estudarmos os militares e o meio ambiente.

Assim, no primeiro capítulo faremos uma breve discussão sobre a relação homem e meio ambiente no decorrer da história, com o objetivo de buscar entender como se deu a construção dessa relação e também procuramos compreender noções de progresso, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e natureza. Também iremos fazer um breve balanço sobre as discussões da questão ambiental no Brasil e no plano internacional.

No capítulo seguinte, serão estudadas algumas bases conceituais da relação entre militares e meio ambiente, a partir de alguns organismos formuladores da política estratégia das forças armadas brasileiras, especialmente a Escola Superior de Guerra.

No terceiro capítulo iremos discutir a Amazônia, local de atuação do nosso objeto de estudo, procurando entender o porquê de o projeto ter sido ali executado, além de sua importância dentro do pensamento militar. Neste capítulo também discutimos a Amazônia durante a ditadura militar, assim como trabalhamos o conceito de fronteira para a idéia de modernizar a região e o Brasil, a questão da internacionalização e os índios.

No quarto capítulo será especificamente sobre nosso objeto de pesquisa, “o projeto” Calha Norte. Procurando pensar quais foram seus objetivos e como ele pensa, através dos formuladores e executores, o meio ambiente. Vamos discutir também a continuidade da doutrina da segurança nacional, a soberania, e novamente a questão dos índios e suas terras.

Nas considerações finais, mostraremos que, apesar de desenvolverem, nas últimas décadas, um conjunto de pensamento e ações ligadas à preservação do ambiente amazônico, as políticas e projeções estratégicas das forças armadas brasileiras concebem o problema ambiental como subordinado às necessidades de defesa e desenvolvimento econômico e demográfico da região.

CAPÍTULO1: BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO HOMEM E MEIO AMBIENTE.

Ao colocarmos a problemática deste estudo, militares e o meio ambiente, muitas vezes ouvimos exclamações do tipo “mas existe alguma relação?”. O que leva as pessoas a pensarem que os militares não possuem nenhuma relação com o meio ambiente? Indagações como estas, nos possibilitam refletir: será que a sociedade percebe alguma relação com o meio ambiente? E este como objeto de estudo do historiador?

Partindo desses questionamentos, este capítulo pretende compreender a relação entre militares e o meio ambiente, pois os militares ao se relacionarem entre si e com a sociedade civil, estão expressando e produzindo História, e ao realizarem este processo acabam imprimindo na natureza sua marca (Almeida, 1996). Portanto, entendemos que as ações constituídas pelos homens entre si e com o meio ambiente expressam a história, e é através do estudo desta, podemos compreender como essa relação se construiu.

Os membros de uma instituição militar ao realizarem treinamentos de guerra, ao pensarem estratégias para a mesma, acabam produzindo alterações no meio ambiente em que se localizam. A própria questão da guerra envolve idéias de destruição de espaço, logo os militares não estão isentos de terem alguma relação com o meio ambiente, ou mesmo uma preocupação com o mesmo. Também pensamos que a organização militar pode se tornar um importante agente de proteção ambiental, mas esta proteção, compreendida institucionalmente, significa mais que simplesmente criar áreas florestais protegidas.

Para nós a importância da História vem no sentido de identificarmos no processo histórico constante, a problemática ambiental, para podermos realizar uma análise mais crítica sobre o presente, sobre aquilo que precisa ser mudado.

Ainda em relação aos militares é muito comum pensarmos que estes só realizam a defesa do país, seja pelo o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica. Entretanto cabe lembrarmos que os militares já ocuparam o poder no Brasil (1964-1985) e durante história brasileira, sempre tiveram um papel maior que a defesa territorial. Esta instituição sempre teve uma presença política importante, especialmente no período republicano inclusive com intervenções no poder, como colocamos acima.

Segundo Ferraz (1994), não podemos pensar em dividir os militares em “militar profissional” ou “militar político”: o militar faz parte do Estado, detém o monopólio da

coerção legal, portanto é ligado ao meio político. Sua ação política se dá em gestão de programas e projetos da instituição, na interferência e participação por meio da instituição como um todo, no domínio da esfera pública, não somente a golpes de Estado (FERRAZ, 1994). Além disso, é uma instituição, com escolas e currículos próprios, que são utilizados na formação dos seus alunos, que terão uma ação no meio em que vivem ou trabalham.

Estudar a participação política dos militares requer primeiramente uma interpretação que não estude os mesmos sempre ao lado da elite, ou somente as demandas próprias de poder dos militares como se não interagissem com a sociedade (ANDRADE JUNIOR, S/D). Com efeito, devemos pensar a formação dos militares, sua relação entre si, com a hierarquia interna, e sua integração complexa com a sociedade.

Aqui, portanto, procuraremos interpretar os militares, entendendo que existe a interação entre estes e os civis, onde cada um produz suas próprias demandas de poder e que filtram as dos outros. Utilizaremos para completar esse raciocínio o conceito organizacional de Andrade Junior (s/d, p. 56-58), pois este valoriza os aspectos internos da instituição para explicar sua relação com o ambiente exterior e seu comportamento político e como ambos influenciam-se mutuamente. A abordagem organizacional explicita a instituição militar como unidade de análise, ou seja, trataremos aqui os militares como a instituição, e não suas divisões pela Marinha, Exército e Aeronáutica.

Para ficar mais claro sobre que meio ambiente estamos falando, é importante colocarmos nossa concepção deste, assim como de natureza, para tanto utilizaremos principalmente o trabalho de Almeida (1996). Este autor também faz críticas à ciência moderna com seus postulados sobre razão, progresso e desenvolvimento, e ao sistema capitalista, propondo que o meio ambiente seja entendido com uma série de conjuntos elementos de um espaço que foram mudados radicalmente, ou não, pela ação humana, visando uma utilização determinada.

Por natureza, compreende-se, que esta compõe o universo e a nós, permanecendo em todos os elementos da vida, que se relaciona com elementos inanimados, que podem vir a sofrer alterações provocadas por ela mesma, ou através do homem e de suas ações. A natureza compreendida pelo homem movimenta-se no tempo e no espaço de forma ativa e passiva, indissolúvelmente ligada a substância humana, ou seja, homem e natureza não estão separados (ALMEIDA, 1996, p. 32-33). Como podemos ver os conceitos de meio ambiente e natureza se entrelaçam, a natureza está tanto no meio ambiente como no Homem, e entender o ambiente envolve toda uma complexidade de mundo e de natureza.

Para nós a concepção sobre a natureza ou mesmo a relação homem/meio está inserida dentro de uma concepção de progresso que faz parte da cultura ocidental, sendo esta construída historicamente. Toda cultura elabora seus conceitos sobre natureza ou meio ambiente ao mesmo tempo em que institui suas relações sociais e o seu entendimento sobre isso varia historicamente de acordo com a cultura que ela inventou (GONÇALVES, 1989).

Assim, analisar a relação que o homem contemporâneo tem com o seu meio é primeiramente entender que esta relação está inserida na cultura à qual esse homem faz parte e que no caso da cultura ocidental, remonta desde os primórdios do cristianismo, quando este divulgou que o homem tinha papel de dominar a natureza, que depois foi reforçada com a razão, do iluminismo do século XVIII, onde este realizou uma ruptura na relação Homem-natureza, visto que instrumentalizou a última visando às necessidades do primeiro.

O homem, neste contexto, se colocou no centro do espaço como detentor supremo da razão e do saber e, portanto, poderia dominar tudo inclusive a natureza que é fragmentada para ser estudada (ciências naturais e ciências do homem) - essa ruptura, ou divisão do conhecimento permanece até hoje nas instituições de ensino.

Perdeu-se assim a idéia da natureza como algo integrado ao homem: esta passa a ser sua propriedade. Portanto essa concepção tornou-se símbolo do racionalismo antropocentrista (ALMEIDA, 1988). Essa construção histórica de separação entre homem e natureza ou cultura e natureza está presente na mentalidade das sociedades ocidentais, como se estas fossem duas coisas distintas.

O que observamos até então, é que o homem sempre tratou a natureza como se dela não fizesse parte, entendendo que a mesma não passava de uma paisagem natural, que precisava ser dominada para satisfazer suas necessidades, sem levar em conta que seus recursos fossem finitos ou mesmo que sua destruição também o afetasse diretamente.

O progresso, dessa forma, foi e é entendido como controle do mundo natural, ou seja, o meio pelo qual o homem pode se satisfazer materialmente. Seria também esse progresso, ou a razão técnica, que tornaria as sociedades mais modernas e avançadas na tecnologia industrial e agrícola. Foi essa atitude em relação à vida, aliada à capacidade humana de inventar e produzir novas ferramentas de utilização e dominação da natureza, que levou às mais profundas transformações no meio ambiente físico.

Assim, não podemos deixar de apontar que a crise ambiental que vive a sociedade contemporânea (aquecimento global, poluição, desmatamentos e etc.), ou o mundo, parte em muito dessa concepção de perceber a natureza e meio ambiente como algo exterior a nós, sociedade, e que não podemos deixar de questionar visto que essas concepções são frutos de

uma construção histórica que envolve representações da natureza, assim como também, o modo como a sociedade estrutura sua produção, em outras palavras, o sistema capitalista.

Vivemos em uma sociedade que em que o homem produz cada vez mais necessidades de consumo, onde capitalismo concebido prega que os recursos naturais são infinitos, ilimitados, e o que importa é a obtenção do lucro fácil e rápido, não há preocupação de renovação dos recursos naturais e sim somente com a produção e reprodução do capital (ALMEIDA, 1988).

Como afirma Almeida (1996) a produção humana é uma atividade que gera uma aplicação de energia na natureza, transformando sua forma. Esta atividade humana estabelece uma ordenação no meio ambiente, que como já dissemos, é segundo sua cultura e instrumental tecnológico, e que por alterarem ciclos naturais, essa ordenação atinge diretamente o homem:

A relação entre produção humana e meio ambiente é reflexiva. As alterações que ocorrem no meio ambiente atingem diretamente o homem como exemplo bem claro disso têm-se a poluição. No processo de apropriação do meio ambiente geralmente não se protege os ciclos naturais, o que os impede de continuarem funcionando eficientemente. Isso ocorre, devido à imensa quantidade de detritos acumulados, estrangulando a capacidade de degradação e absorção dos mesmos e pelo esgotamento dos recursos naturais explorados em alta intensidade e velocidade. (IDEM, p. 35).

Como estamos inseridos em uma sociedade em que as desigualdades sociais são grandes, essas alterações ambientais que ocorrem, atingem diretamente os mais pobres. São estes que sofrem com as inundações, com desmoronamento de terra em suas casas por construírem em lugares indevidos, com a poluição rios, com a falta de saneamento básico. Ainda vivemos no dilema da miséria e o pressuposto de levar o desenvolvimento para essa população pobre, mas o meio ambiente não tem energia nem recursos para suprir essa população e inseri-la nos padrões consumistas.

O tempo do capitalismo, portanto, prega que a produção deve sempre ser rápida e constante, para que o consumo aumente cada vez mais, e vincula esta relação de produção à idéia de progresso, significando o aumento da rapidez na transformação dos recursos naturais em mercadoria, definindo em valores culturais referências do que seja avançado ou atrasado (ALMEIDA, 1996).

Se pensarmos à Mata Atlântica como um breve exemplo para refletirmos sobre o que foi colocado acima, desde a chegada dos portugueses, até os dias de hoje, cada ciclo econômico de desenvolvimento do país justificou sua destruição e hoje a Mata Atlântica está reduzida a vestígios. A primeira catástrofe ecológica foi a cana de açúcar, depois o café e em seguida a pecuária. (DEAN, 1996).

Nos anos que se seguiram à década de 1940, tivemos os investimentos em siderúrgicas que proporcionaram mais devastação da mata nativa, com a extração exacerbada de madeira, queimadas desenfreadas, que além de matar a floresta acabava desencadeando a erosão do solo, tornando o mesmo inútil para a agricultura. O próprio Estado era ineficiente em proteger as reservas florestais por ele instituídas, concedendo estas às empresas particulares que criavam grandes propriedades agrícolas de monoculturas voltadas para a exportação, ou para as indústrias de imóveis. A ação de grileiros que desapropriavam pequenos proprietários, acabava por criar mão de obra para a extração de madeira para os grandes donos de terra.

Na ditadura militar o ideal de desenvolvimento econômico a qualquer custo, não fugiu a regra. Com a crise do petróleo, nos anos de 1970 e 1980, houve investimentos pesados nas construções de hidrelétricas, havendo alagamentos da mata nativa e a morte de muitas espécies da flora e fauna brasileira. Assim foi o caso da Itaipu, uma das maiores usinas hidrelétricas do planeta, mas que causou a destruição de uma das maravilhas do mundo, as Sete Quedas.

A idéia de desenvolvimento econômico era mais que uma política governamental significava um programa social de enorme abrangência, energia e a originalidade. A idéia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato do governo e, até de ditadura, e de extinção da natureza. (DEAN, 1996, p. 281).

Mesmo com uma série de regulamentações ambientais que surgiram nesse momento, o governo não conseguia conter o avanço da destruição da floresta nativa, as leis que obrigavam particulares a realizarem o reflorestamento não eram cumpridas e mesmo se fossem era com a plantação de eucaliptos, produzindo assim a monocultura de uma espécie estrangeira, acabando com a biodiversidade.

O tão desejado desenvolvimento resultou no lucro de poucos, causando mais pobreza, mais desigualdade e mais devastação do nosso meio. Cabe pensarmos: será esse o futuro da Amazônia? Até aonde o uso indiscriminado desses conceitos vão nos levar?

Temos, portanto, uma série de construções históricas para entendermos como a questão do desenvolvimento e o crescimento econômico fincaram suas bases e se tornaram tão importantes em nossa sociedade.

1.1 A Questão Ambiental

A questão ambiental passou a ser discutida com mais ênfase a partir dos anos 1970, com a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano (1972 em Estocolmo), onde pela primeira vez num fórum global adotaram-se perspectivas de ações corretivas da degradação ambiental. Houve ainda nesse contexto a publicação dos limites do crescimento, produzida pelo Clube de Roma, e que causou muita indignação entre os países pobres, que rejeitaram qualquer tentativa de negação ao acesso ao estilo de vida dos países ricos.

O Brasil que estava em pleno regime militar, também se negou a mudar sua política econômica de forte tendência à industrialização, abertura de capitais e de empresas multinacionais. Esse desenvolvimento a qualquer custo, na era do “milagre econômico”, causou além de intensa concentração de renda, a degradação do meio ambiente.

Neste mesmo período de ditadura militar, o mesmo foi responsável por intensa degradação ambiental, com lemas do tipo “Brasil, potência do futuro”, com vários projetos “grandes” que visavam o crescimento econômico em primeiro plano, o país teria que crescer para depois dividir o “bolo” – o resultado, no entanto foi frustrante, pois a desigualdade aumentou.

O que importava mais neste contexto era o crescimento econômico, por mais que se discutissem internacionalmente estas questões, e mesmo o surgimento de movimentos ecológicos ou ambientais na década de 1970, o meio ambiente não era prioridade, os seus recursos naturais “ajudavam” o país a crescer.

Na década de 1980, temos algumas mudanças, no Brasil foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente, pelo governo militar, que visava reunir em um só corpo legal e em escala nacional, procedimentos e ações relativas de proteção, conservação e preservação ambiental, isso em uma perspectiva de fortalecimento do poder central. Em 1985 o meio ambiente ganha um ministério, para que houvesse maior visibilidade da preocupação do Estado brasileiro com a questão ambiental. Entretanto, essas políticas não tiveram muitos efeitos na prática, onde os órgãos ambientais eram incapazes de realizar mudanças significativas de proteção ao meio ambiente frente aos interesses econômicos (ANDRADE JUNIOR, s/d p. 34-35).

A ONU (Organizações das Nações Unidas), também na década de 1980 criou o relatório “Nosso Futuro Comum”, que continha o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Este conceito tornou-se um paradigma para a questão ambiental nas agendas internacionais, transformando-se em um discurso legitimador para as ações contraditórias de muitos países, empresas, organismos governamentais ou não, visto que este afirma ainda ser possível haver crescimento econômico.

O relatório diz “[...] o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988, apud ALMEIDA 2007, p. 22). Como esse autor coloca: quem poderá prever as necessidades futuras, se no presente não conseguimos prover muitas vezes o necessário para as populações pobres? Pensar ainda ser possível haver crescimento econômico é pensar que os recursos naturais ainda podem ser racionalizados, quantificados, o que importa são os interesses econômicos.

Mas cabe dizermos que a ONU é pressionada pelos países mais ricos, que decidem tomar medidas que não se choquem com interesses desses países. E muitos acordos ratificados em Conferências Mundiais, como a Rio-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), ou o protocolo de Kioto, não propõem alteração radicais na maneira de ver o ambiente e os recursos naturais.

O que vale ainda, são os interesses particulares de cada Estado, o tão desejado desenvolvimento e crescimento econômico, pois aqui entra em questão conceitos como o de soberania de cada país. Mas devemos lembrar que são os países ricos que mais consomem energia, como os Estados Unidos, sendo este o que mais se nega a repensar mudanças em sua política econômica como, por exemplo, não assinarem o protocolo de Kioto, para diminuição dos gases estufa, com a desculpa de que o mesmo implicaria na diminuição do crescimento econômico do país.

Percebemos que estes debates sobre meio ambiente ainda estão numa perspectiva de se pensar como racionalizar a natureza, como nos utilizarmos dela, a exemplo, temos o ideal de desenvolvimento sustentável muito difundida nos discursos sobre proteção do meio ambiente.

Entretanto, não podemos desmerecer todo o debate, pois principalmente após a década de 1980 com uma série de tratados e convenções, que segundo Andrade Junior (s/d, p. 38) as questões ambientais são tratada como problemas globais, pois as conseqüências da degradação são também globais, ou seja, atingem a todos. Essas discussões possibilitaram um olhar mais consciente para o meio ambiente.

E em relação à Amazônia, nesse contexto, essas discussões possibilitaram críticas ao crescente desmatamento e a necessidade de preservação da região, principalmente por seus recursos minerais, e diversidade biológica.

CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

Partindo então da idéia que os militares possuem uma concepção de progresso e desenvolvimento, e que possuem uma interação com os civis, cabe fazermos uma breve discussão sobre a Escola Superior de Guerra (ESG), para melhor compreendermos essa interação entre militares e civis, na medida em que a visão antropocêntrica do meio ambiente dos civis não é diferenciada da visão dos militares, como pudemos perceber no capítulo acima, principalmente durante a ditadura militar.

E também a partir da ESG, podemos refletir sobre o pensamento militar em relação a questões como desenvolvimento e Segurança Nacional, procurando assim, analisar os aspectos e valores inerentes aos militares. Dessa forma, cabe discutirmos as bases históricas da criação da ESG, para melhor entendermos o pensamento militar.

Para tanto, usaremos as contribuições de Ferraz (1994). Em seu estudo, este autor afirma que a ESG, apesar da dominação do caráter militar, é aberta a civis (mas que são previamente selecionados). Essa integração tem o propósito de habilitar os diplomados à formulação e planejamento estratégicos de políticas públicas e privadas, a partir da Doutrina de Segurança Nacional (desenvolver o país mantendo a segurança e a ordem). A ESG, portanto, tem cursos, palestras, conferências, debates e viagens. O curso tem um ano de duração e em tempo integral, e seus participantes são denominados de estagiários. Os professores são formados por ex-estagiários civis e militares.

Segundo Andrade Junior (s/d, p. 59-61), a Doutrina se caracteriza por um projeto político-social dos militares para o Brasil, que acabou confundindo-se com a construção de sua própria identidade, visto que nela encontram-se expressos pressupostos que servirão para haver coesão e unidade militar. Para Ferraz, a ESG foi criada em um contexto mundial de embate político e ideológico de inserção do país no capitalismo mundial.

Nos anos 1930, as Forças Armadas desempenharam um papel fundamental para a implantação da indústria, em um contexto do Estado Novo (centralização do Estado). Assim, começa a consolidar-se a junção das idéias de defesa nacional e progresso material. Nesse momento, portanto, havia a questão do aperfeiçoamento dos oficiais, visando o melhoramento do armamento, o serviço militar obrigatório, missões estrangeiras, e etc.

Em outro ponto, havia também a mobilização para se criar uma infra-estrutura voltada para guerra (indústrias de siderúrgicas, recursos minerais). A partir dessa mobilização e

supervisão dos militares, criou-se a idéia generalizadora de que as Força Armadas deveria ter para si a tarefa de organização do país.

Para o autor, no período de 1930-1960 houve entre civis e militares, uma visão compartilhada de que o desenvolvimento nacional do Brasil seria melhor através da segurança nacional.

No contexto de final da Segunda Guerra Mundial, operou-se a hegemonia política de grupos que defendiam o desenvolvimento do país através da integração ao capitalismo mundial, liderado pelos Estados Unidos.

Entre esses grupos, muitos deles haviam crescido às margens do Estado Novo, mas agora faziam “oposição democrática” à ditadura de Vargas. No fervilhamento de embates políticos de diversos grupos sociais do momento, no que se refere às propostas para se governar o país, temos a criação da Escola Superior de Guerra.

Toda essa mobilização acabava por tornar o militar cada vez mais político e a política cada vez mais militarizada, visto que os militares participavam desses embates e iam cada vez mais formulando e solidificando, junto a civis, que também compartilhavam das mesmas idéias sobre o melhor para desenvolver o país, seus pressupostos e planos para o Brasil.

Em um contexto de embates ideológicos, também ocorriam divisões internas entre os próprios militares quantos ao rumo a seguir para o desenvolvimento e também entre os civis. A ESG aglutinou oficiais anti-Vargas e pró-UDN (União Democrática Nacional). Assim, a luta política polarizava-se entre os nacionalistas (intervencionismo direto do Estado) ou os internacionalistas Anti-Vargas (abertura ao capital mundial).

Dessa maneira a ESG foi criada, visando à pressão dos militares para que houvesse vários incentivos na área de tecnologia, desenvolvimento científico e fortalecimento do poder militar. Esta instituição, que era composta por setores da elite militar e segmentos da elite civil, fez essa integração a partir da concepção de Segurança Nacional, tendo a Guerra Fria sua maior legitimadora.

Por sua vez, a formação da ESG excluiu a participação das classes populares, fortalecendo a organização das Forças Armadas e sua política, revelando mais uma autonomia e uma certeza de que poderiam tutelar a sociedade civil e intervir no processo de desenvolvimento do Brasil.

Podemos dizer que a ESG foi uma das principais definidora da estratégia do golpe militar em 1964. Mas não podemos afirmar aqui que os pressupostos da ESG foram fielmente seguidos pelos militares que estavam no poder, à medida que Guerra Fria acabava o discurso anticomunista já não se fazia mais legitimador. O desgaste do Regime Militar frente às

pressões para a democracia, o fim do milagre econômico, foram mostrando as deficiências da ESG.

Dessa forma, também podemos afirmar é sob esse binômio “segurança e desenvolvimento” que será examinada a proposta de desenvolvimento para o Brasil na visão militar, principalmente sobre a Amazônia (que veremos mais no segundo capítulo) e como o militar enxerga o meio ambiente.

Como nos fala Carvalho (2001, p. 256) um dos objetivos da doutrina da Escola Superior de Guerra são os objetivos nacionais vitais ou permanentes, que são: a integração nacional; integridade ao patrimônio nacional; soberania e progresso, sendo eles essências à sobrevivência do Estado. Como veremos, esses objetivos se encaixam na política militar para a Amazônia.

Até que ponto, pós Ditadura Militar, os pressupostos de desenvolvimento para o Brasil no meio militar, aliada a uma mudança no que se refere a Segurança Nacional, não mais em um contexto confrontação bipolar do mundo, continuam no pensamento militar, tomando-se especificamente o projeto Calha Norte e a questão da Amazônia, como objetos de análise.

Adiante, no terceiro capítulo, procuraremos pensar um pouco nesses questionamentos mais especificamente a Amazônia, para depois analisarmos o Projeto Calha Norte.

CAPÍTULO 3: AMAZÔNIA

Neste capítulo iremos falar sobre a Amazônia, pois é nela que nosso objeto de estudo o Projeto Calha Norte foi planejado e executado, portanto, é necessário entendermos o porquê desse projeto ser implementado na região amazônica, como também é importante compreendermos qual a relação da Amazônia com os militares e para sociedade brasileira.

Devemos, a priori, conceituar e situar geograficamente o que entendemos sobre o espaço Amazônico. A Amazônia, localizada ao norte da América do Sul, fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

A maior parte da Amazônia, no entanto, fica em território brasileiro, onde ocupa mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 61% da área do país. Sua população, entretanto, corresponde a menos de 10% do total de habitantes do Brasil. Só a Amazônia brasileira é sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Ocidental (<http://www.sivam.gov.br/amazonia/apres1.htm>. Acesso em 20/09/2008).

Em termos administrativos brasileiros, ou seja, visando o planejamento econômico da região, foi criada a Amazônia Legal e é composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Todo esse espaço se refere também ao que conhecemos pela Floresta Amazônica (floresta tropical de clima quente e úmido, com grande diversidade de flora e fauna) e também pela bacia amazônica (rios que compõe a bacia hidrográfica da região). Esse bioma da Amazônia abrange 5% da superfície terrestre do planeta e 40% da América do Sul.

A região do Amazonas possui a maior rede hidrográfica do mundo, fornecendo 20% do volume mundial da água doce. É considerada a maior reserva de biodiversidade da Terra (<http://www.verde.org.br/biomas.php>. Acesso em 22/09/2008).



Ilustração 1 – Mapa da região Amazônica, estados e fronteiras.

Estamos, portanto, tratando de um espaço muito importante, seja pelo seu tamanho físico, lugar de fronteiras, mas, principalmente pelo seu ambiente rico em vida.

Não iremos em nossa análise, abarcar a totalidade dessa região. Estamos somente situando geograficamente esse espaço com forma de referência para o nosso trabalho e também pelo pensamento militar da região.

Segundo Becker (1990), a Amazônia é um espaço revestido de controvérsias e mitos, como: Paraíso Perdido, Eldorado, Inferno Verde, Eterna Potência a ser desenvolvida, Vazio Demográfico, mito da sua Internacionalização, “Pulmão do Mundo” enfim, são várias imagens construídas historicamente que se reproduzem e ganham força ao longo do tempo. Para esta autora a imagem da Amazônia como um “espaço vazio” foi muita difundida, e dessa forma são mitos que possuem em comum a negação velada da existência de populações indígenas e locais. Também se ocultou à existência de conflitos sociais entre os atores que vivem nessa região, envolvendo os povos da floresta (índios e seringueiros), fazendeiros, garimpeiros, caboclos, militares.

Essa construção histórica da imagem da Amazônia nos revela que esta noção de “espaço vazio” acabou por justificar nessa região ações do homem para desbravá-la, civilizá-la, desenvolvê-la. Portanto, também estamos tratando aqui de um espaço de conflitos, que envolve seu potencial biológico, mineral, que possui interesses dos habitantes locais (povos da floresta), interesses nacionais (Estado, empresas privadas, militares) e internacionais.

Interesses estes que se chocam em um problema: a de como desenvolver e preservar a Amazônia.

Ainda em Becker (1990), a Amazônia se caracteriza por uma fronteira, ou seja, um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas, que possui um tempo diferente do resto do território nacional, mais acelerado se sucedendo rapidamente as inovações. Essa idéia de fronteira constituiu para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, pois é vista como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo.

Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira por sua vez fazem dela uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle, como aconteceu durante a ditadura militar, onde a Amazônia tem posição chave para o objetivo básico do governo militar: a modernização nacional.

Como nos mostra o texto de Morbach (2001), a autora trabalha muito bem os efeitos da propaganda no período Médici (1969-1974), que tinha como finalidade o incentivo de ocupar a região amazônica, com populações do nordeste e o centro-oeste. Através dos slogans utilizados na época como “Amazônia: terras sem homens para homens sem terras”, ou “Integrar para não Entregar”. Dessa forma, o governo militar construía a idéia de vazio demográfico sobre a região e através da propaganda maciça e muito bem elaborada também idealizava a possibilidade do pequeno agricultor possuir seu pedaço de terra.

A autora, portanto, nos mostra que a Amazônia era compreendida pela visão militar como área problema e a idéia de ocupar a Amazônia tinha como perspectiva a posse efetiva da região, por parte do Estado, além de integrar a região no projeto de desenvolvimento compreendido pelo governo militar, que seria uma aliança entre o Estado e a expansão capitalista, ou seja, o tão desejado progresso.

Essa concepção de integração e ocupação da Amazônia pelo governo militar é apresentada pela autora como algo intencional e que ia muito além de promover terras para “homens sem terras”, visto que estes trabalhadores rurais retomariam a história política do país de exclusão das terras e dos conflitos provenientes dessa exclusão.

Nesse sentido, Andrade Junior (s/d, p. 157-160) afirma que até na década de 1950 a Amazônia era determinada pelo ciclo de extração, manipulação, comércio e transporte de borracha, e a quantidade de habitantes era menor distribuída espacialmente.

Já no regime militar e sua Política de Integração Nacional, se deu em três planos nacionais de desenvolvimento, que viabilizavam a ocupação e colonização do espaço com mega projetos agropecuários e de extração de minérios com incentivo do Estado e multinacionais, aliando capital estatal, nacional e estrangeiro (ANDRADE JUNIOR, s/d p. 159)

Nesse contexto a floresta devia ser superada e para tanto houve muitos incentivos para a construção de estradas e desmatamentos. Muitas pessoas migraram para a fronteira, principalmente da região nordeste, para fomentar a objetivo de colonização da Amazônia, entretanto, a falta de condições objetivas para os assentamentos das populações, como assentamentos em lugares distantes, sem recursos, levou ao fracasso o projeto de colonização. Entretanto, o aumento populacional nesse momento é considerável.

Essa política de integração nacional mudou a Amazônia de diversas formas economicamente, socialmente, culturalmente e ambientalmente. Pois se até a década de 1950 o uso e exploração de recursos naturais era de baixo impactos, nas décadas posteriores, esses impactos aumentaram como também os impactos sociais, como conflitos de terras, conflitos com os índios, que foram particularmente os que mais sofreram, pois tiveram suas terras invadidas, a morte por fome, doenças e guerras, por muitas vezes serem obrigados a se retirarem de suas terras para as estradas do progresso passar(ANDRADE JUNIOR, s/d p. 162).

Como exemplo, temos durante a década de 1970, com as construções de rodovias, como a Transamazônica (e outras rodovias) – projeto militar de integração da Amazônia, com mais de 5000 quilômetros de extensão, entre as cidades de Estreito, no norte de Goiás, Humaitá, no sul do Amazonas - e também outros projetos para desenvolvimento da região, os grupos indígenas poderiam ser deslocados por razões de segurança nacional ou para a realização de obras públicas, a autorização de mineração por estatais e a tolerância de contratos (de arrendamento em terras indígenas) (ALBERT, 1991). Vários grupos indígenas foram desaparecendo e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pouco fazia sobre esses problemas.

Discutir a questão indígena neste trabalho requer da nossa parte um olhar sensível sobre esses povos. Trata-se de uma dívida ecológica, histórica para com estas populações. (ANDRADE JUNIOR, p.178).

E torna-se importante discutirmos um pouco mais sobre seu relacionamento com os militares, visto que as demarcações das suas terras entram em choque com a soberania

nacional tão importante no meio militar, e ainda, quando discutirmos o Projeto Calha Norte perceberemos que o local de atuação do projeto se dá numa área com forte presença indígena.

Assim, começando por Andrade Junior, este em sua Tese de Doutorado na qual estudou trabalhos da ESG (Escola Superior de Guerra) sobre a Amazônia e a questão ambiental no meio militar, coloca que o pensamento indígena neste meio é:

[...] o pensamento militar sobre o indígena diz que este ingenuamente “cede” ante os propósitos dos “inimigos estrangeiros”; (2) de que certos grupos indígenas teriam a consciência de sua emancipação na luta pela sua sobrevivência, mediante a proteção internacional, forçada pela demarcação das terras; (3) de que indígenas estariam incluídos no extrativismo mineral em troca de benefícios. (s/d, p. 179)

O encaminhamento dessa questão mineral é para os militares uma questão de desenvolvimento, assim, de integração nacional.

As campanhas internacionais a favor da preservação da floresta tropical e dos direitos territoriais indígenas são, para os militares, ameaças à soberania nacional. Estas estariam induzindo os povos indígenas a reivindicar uma emancipação política, econômica através do direito a propriedade dos subsolos, e através desse processo, teríamos o reconhecimento de nacionalidades diferentes dentro de uma nação, o Brasil. Isso para os militares caracteriza-se com a formação de pequenos Estados, pouco povoados e que estarão fora do controle do governo brasileiro.

Essa problemática com as terras indígenas ganha mais destaque nos anos posteriores ao fim da ditadura militar, mais especificamente em 1988-89, pois tanto a mobilização da sociedade civil no processo de elaboração da nova Constituição, quando uma campanha ambientalista internacional denunciando a destruição acelerada da floresta amazônica no Brasil veio novamente modificar a configuração da política oficial de expropriação das terras indígenas (ALBERT, 1991).

Aqui, podemos brevemente expor o caso dos Ianomamis, que tiveram suas terras demarcadas no governo Collor, gerando grande indignação pelos militares (não somente eles, como muitos políticos), pela extensão da área e pela mesma concentrar riquezas minerais. Na concepção militar, como colocado anteriormente, as demarcações de terras para os índios, cria “uma nação dentro da nação brasileira”, ou seja, afeta a soberania nacional, mas cabe pensarmos se somente a justificativa de afetar a soberania nacional, incomoda os militares.

No caso Ianomami, segundo Albert (1991), uma análise do processo de delimitação das terras destes índios, mostra que esta não foi realizada de maneira a beneficiá-los. A delimitação da mesma, que reduziu o território e ainda o “dividiu” em 19 áreas que foi

fortemente veiculada nos meios de comunicação, como uma grande conquista, esconde alguns mecanismos legais que possibilitaram a entrada de garimpeiros na área e conseqüentemente conflitos entre os índios Ianomamis e garimpeiros.

Outra crítica deste autor é sobre a regulamentação e a destinação das unidades de conservação em apreço, sendo estes as Florestas Nacionais e Parques nacionais (FLONAs e PN), administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), são, sob vários aspectos, contraditórias com o direito de usufruto exclusivo que caracteriza a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas. As FLONAs têm fins de exploração econômica, visando à comercialização, os Parques Nacionais não, a preservação é integral ou quase integral.

Durante este processo, as áreas do território indígena a serem expropriadas passam a ter transitoriamente o estatuto de área de proteção ambiental, até poderem ser, em tempo hábil, integradas à fronteira econômica envolvente (mineração, exploração de madeira, colonização).

Aqui vemos além da incompatibilidade em relação às tradições indígenas de uso da terra, como demarcações de Parques Nacionais e Florestas Nacionais entre suas reservas, que a retórica ambiental se faz presente, pois ao se colocar áreas ambientais dentro de áreas indígenas, com possibilidades de serem exploradas, criam-se mecanismos para se pensar que existe a proteção ambiental, mas que esconde a exploração dos recursos.

3.1 Sobre a Internacionalização.

Portanto, esse recuo histórico até a ditadura militar se faz necessário, pois entendemos que a partir dela já conseguimos visualizar o pensamento militar sobre o meio ambiente, no contexto amazônico, e como essa visão de “natureza a ser derrubada”, para o tão desejado progresso, não é diferente da visão compartilhada pela sociedade discutida por nós no capítulo um.

Saindo do contexto da ditadura militar, nos anos finais da década de 1980 até início dos anos 1990, cabe pensarmos qual o pensamento sobre a Amazônia por parte dos militares.

Segundo Zhouri (2002) veremos que neste contexto, o problema da região amazônica, na visão dos militares, seria o fantasma de sua internacionalização, ou seja, pela intensa preocupação de grupos ambientalistas e Ongs internacionais com a preservação da Amazônia, assim como os debates sobre demarcações de terras indígenas, na visão militar essas questões surgem com algo que afeta a soberania brasileira, e que os grupos ambientais são na verdade

agentes interessados não em proteger a Amazônia. Com efeito, a idéia da criação de um território internacional ganhou força quando a região entrou na agenda dos ecologistas, em função da questão indígena, e da preservação da biodiversidade da floresta tropical.

Dessa forma muitos militares e também políticos da região vêm em grupos ambientalistas, Ongs e indígenas, agentes de uma conspiração internacional que aliados a países desenvolvidos, visam internacionalizar a região, sob a crença de que os países ricos não querem que o Brasil desenvolva-se, utilizando os recursos naturais da Amazônia e que os mesmos países é que querem usufruir os recursos da região.

Esta autora observa que essa visão é muito fundamentada no debate crescente a nível nacional e internacional, a respeito da preservação ambiental e direitos humanos. E também que muitas Ongs e ambientalistas, que atuam na região, são de outros países, ou financiadas por eles. Segundo Zhouri (2002) podemos perceber que na mentalidade dos militares, e muitos políticos, a questão de preservação ambiental sempre foi colocada em segundo plano, sendo sobreposta pela importância do desenvolvimento econômico em primeiro lugar.

Assim pode-se compreender como a autora coloca que os mesmos militares e políticos que observam em Ongs e índios, “agentes” de uma conspiração internacional, a mesma crítica não é feita contra muitas empresas transnacionais, realmente atuantes na exploração da Amazônia (com degradação), como as indústrias madeireiras, de mineração e farmacêuticas, principalmente durante a ditadura militar.

Com relação à questão da internacionalização, cabe uma reflexão mais aprofundada sobre esse problema. Seguindo a lógica dos militares, se pensarmos que a internacionalização refere-se à presença de estrangeiros – leia-se ambientalistas, indígenas e etc. - “agentes de uma conspiração internacional” que pensam não em preservar a Amazônia, mas, sim em utilizar os seus recursos para desenvolver mãos os países ricos, devemos então ampliar os agentes estrangeiros.

Retomando a idéia do parágrafo acima, durante o período do regime militar – e não somente nesse período – a presença estrangeira sempre foi muito forte na Amazônia, incentivadas pelas políticas do governo, para autorizar e financiar a exploração mineral, construções megalomânicas, criação bovina, que no final, economicamente, não deram certo (CARVALHO, 2001, passim).

Como nos fala Carvalho sobre o capital internacional para a Amazônia:

O momento mais significativo de concessões e políticas permissivas à atividade predadora estrangeira ocorreu no período recente. Conduzidos pelo

afã de integrar o espaço ao resto do território – de modo geral vislumbrando soluções megalomaniacas- deparam-se com a impossibilidade técnica e tecnológica de implementar os objetivos almejados. (CARVALHO, 2001, p. 257).

Esse autor (idem) ainda vai mais longo quando afirma que existe uma distância entre a prática e o discurso, ou seja, nos discursos procura-se assegurar a soberania brasileira, mas a prática mostra constantemente que há internacionalização na Amazônia, com a maioria das empresas estrangeiras donas de terrenos na região que, cotidianamente cavam o solo da região em busca de riquezas minerais, e desmatam a floresta extraíndo a madeira, assim como em pesquisas científicas do potencial biológico da região, explorando os elementos, fórmulas e conhecimentos sobre a região patenteando-os.

Assim, pode-se argumentar que existe o medo de se internacionalizarem o espaço físico, territorial, mas não o que cobre esse espaço (animais, plantas, e as populações que vivem dele). Portanto, a despeito da enorme preocupação de que nações, ou ambientalistas tornem a Amazônia uma espaço internacional, se esquecem da atuação constante na história da região e ainda muito presente contemporaneamente do capital internacional na Amazônia, que aliado à quantidade de abundância de matéria prima, mas pouca presença do Estado e fraca proteção ao meio ambiente, acabam proporcionando um “bom” local para as atividades predatórias do meio.

Assim o fenômeno que há muito vem se desenvolvendo em solo Amazônico representa a verdadeira internacionalização, não nos moldes pretendidos pelos discursos internacionais, ambiciosos por tornar este terreno um espaço coletivo, mas sim nos moldes almejados pelo mercado, pretendendo tornar este terreno um espaço individual, que representa a manutenção do poder central dos Estados hegemônicos. Ressalta-se a exploração de bens não renováveis – incluídos aqui códigos genéticos de agrupamentos indígenas, animais, princípios ativos de plantas – a custos baixíssimos. (CARVALHO, 2001, p. 259-260).

Na fala de um militar¹, em um texto chamado “Os Militares e a Defesa da Amazônia” (A. 1), podemos observar a preocupação do autor com o “sucateamento” da Forças Armadas; a questão das Ongs e grupos ambientalistas como parceiros dos Estados Unidos principalmente no apoio destes as reservas indígenas; os indígenas, sendo o caso da

¹ Manuel Cambeses Júnior é Coronel-Aviador da Reserva da Aeronáutica e Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra.

demarcação das terras dos Ianomâmi o mais citado; a possibilidade de se desenvolver o Brasil com as riquezas da Amazônia.

Outra preocupação deste autor é aumentar a presença militar na região como forma de garantir a Soberania Nacional. Ainda a proteção ao meio ambiente é citada no final do texto, onde o autor afirma que a segurança é compatível com a proteção do meio ambiente, assim, como dos índios. Não há como pensar que essa proteção só seria possível com o aumento da presença militar na área. Esse texto constitui uma espécie de manifesto, visto a agressividade dos termos, e por conclamar a defesa da Amazônia, onde o autor em determinado momento fala do recurso à guerra.

Podemos observar, portanto, que a importância da Amazônia para os militares remonta desde a ditadura, como essa tendo um ponto chave para a modernização do país, ou seja, era importante para o objetivo desenvolvimentista dos governos, dentro da lógica da Segurança Nacional. Já nos anos seguintes ao fim da ditadura, a Amazônia figura como um local importante para assegurar a Soberania Nacional, assim como lugar de treinamento de guerra.

Na fala deste militar é interessante pensarmos que no fim de um inimigo claro, no contexto da guerra fria, os militares passam a ver nos Estados Unidos um perigo. Em relação ao meio ambiente, este também se configura como um inimigo? Não de maneira clara ou direta, mas pelas dificuldades que esta problemática coloca aos objetivos militares.

Essa questão da soberania nacional, como já comentamos, está inserida dentro de um contexto em que a gerência da Amazônia, pelo governo brasileiro passa a ser questionada por grupos e Ongs ambientalistas, países desenvolvidos, como a própria ONU. Dessa forma, o discurso desenvolvimentista da ditadura não se faz mais legitimador e, diríamos “politicamente corretos”.

Como mostra Oliveira (1994), após o fim da ditadura militar, os militares passam por uma crise de identidade, que segundo o autor vincula-se a um plano ideológico, já que no mundo a confrontação bipolar capitalismo/ comunismo já não se faziam fortes. Outra questão colocada pelo autor nessa crise de identidade, refere-se aos planos estratégicos de projeção e defesa dos interesses do Brasil.

Nesse sentido havia a necessidade de uma missão para os militares, missão que procura resgatar uma finalidade para a sociedade em contexto de sentimento de rejeição e desprestígio da instituição, em consequência da ditadura militar, e sua própria modernização, com baixo orçamento, colocando em jogo qual seria o papel das Forças Armadas na vida nacional (OLIVEIRA. 1994).

Para Oliveira (1994) no processo de “redemocratização”, o aparelho militar foi deixando de ser a principal fonte de poder nas decisões sobre o Brasil: estavam sem lideranças carismáticas, sem recursos financeiros.

Assim, a autonomia política com que as Forças Armadas decidiram colocar em prática alguns projetos de seu interesse, como o Projeto Calha Norte (PCN), correspondeu à necessidade de mostrar a nação que os militares possuíam sua função constitucional.

Entretanto, não podemos pensar que os militares nesse contexto de crise de identidade e desprestígio político estavam fora da cena política brasileira. No que se refere à Amazônia, a presença militar sempre foi muito forte e atuante. Esta se situava como um lugar com conflitos de terras, a fragilidade dessa região, impediu que a mesma participasse da “festa” nacional pela redemocratização que passava o país, mesmo sendo esta lenta, segura e gradual.

Dessa forma, vemos com que rapidez as Forças Armadas tomam a si a responsabilidade para controlar os conflitos e solucioná-los, e assim, a criação do Projeto Calha norte em uma área com forte presença indígena, jazidas minerais e de fronteira com outros países. Com a criação desse projeto em 1985, significou o revigoramento da Doutrina de Segurança Nacional? O que nos interessa nesse trabalho é discutir quais foram os objetivos desse projeto e como ele encara o meio ambiente?

Esse será a discussão do nosso último capítulo.

CAPÍTULO 4: O PROJETO CALHA NORTE

Neste último capítulo iremos analisar nosso objeto de estudo: O Projeto Calha Norte. Para nós cabe pensarmos quais foram os objetivos desse projeto? Como ele “pensa” o meio ambiente?

Antes de discutirmos o PCN e o meio ambiente, cabe primeiramente analisar como o projeto Calha Norte foi implementado.

A história do PCN começa com um documento chamado de Exposição de Motivos nº018/85, elaborado pelo já extinta Secretária Geral do Conselho de Segurança Nacional (que tinha ligação direta com a Presidência da República). Neste documento havia o pedido para que o presidente aprovasse a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial, cuja tarefa era de elaborar diretrizes e subsídios à ação do governo na região ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas.

Este Grupo deveria propor um plano para o desenvolvimento da região, sendo composto por representantes da Secretária do Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Interior e, também o CSN (Conselho de Segurança Nacional). Do relatório feito por este grupo surgiu o documento “Desenvolvimento e Segurança da região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas”, com o subtítulo “Projeto Calha Norte”. Um nome que diz muito sobre a política do projeto.

O interessante do processo deste documento é que o mesmo data de dezembro de 1985, e contém uma programação operacional e financeira de 1986 -1990, porém só chegou ao conhecimento do Congresso Nacional quase dois anos depois (outubro de 1987).

Segundo Oliveira (1990), o PCN, foi elaborado diferentemente em comparação a outros programas do governo para a Amazônia, onde nestes programas é variada a participação de especialistas de diversas áreas, representantes dos Estados entre outros e, ainda nesse autor, o PCN possui três características: a primeira característica seria a sua condição de assunto sigiloso, elaborado por um grupo reduzido, sem atuação de outros setores do poder público.

O congresso Nacional não foi chamado a opinar nem informado da matéria, que só lhe chegou como comunicação oficial em outubro/87, quase dois anos após sua aprovação e início. A opinião pública tomou conhecimento da sua existência através de denúncias e críticas formuladas por integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em outubro/86, 15 meses após a EM 018 e transcorrido quase um ano da aprovação do Projeto. (OLIVEIRA, 1990, p. 17).

Dessa forma, a partir do conhecimento público do projeto, houve muita polêmica acerca dos objetivos do mesmo. De um lado, foi debatido que o mesmo prejudicaria os índios da região e, do outro lado, os que afirmavam que o projeto visava somente os interesses nacionais e que as críticas em relação aos índios eram infundadas.

Essa característica de documento sigiloso remonta a ditadura militar, onde havia a justificativa de assuntos que diziam respeito à segurança nacional. Apesar de essa prática ser recorrente na ditadura em variados assuntos, esta ainda aconteceu em plena transição democrática, como o PCN (OLIVEIRA, 1990).

Como segunda característica, o PCN não possui um “gerente responsável”, um interlocutor que falasse pelo projeto, assim como “[...] não possui a estrutura rígida e sistemática de um programa ou de um plano, nem institui um grupo ou unidade que atue de modo permanente na sua elaboração ou execução” (OLIVEIRA, 1990, p. 18). Com efeito, o PCN se decompôs em projetos especiais subordinados a órgãos executores específicos que recebiam os recursos da Secretária de Planejamento.

A terceira característica seria que o mesmo é um projeto de impacto, que concentrou a maioria dos seus investimentos em uma fase inicial, ou seja, os primeiros dois anos 1985-1987, sendo os outros anos, no que se refere a 1988-1990, houve a redução dos gastos, para a manutenção do que havia sido construído de início.

Para os primeiros anos do projeto, as verbas destinadas foram aplicadas na sua maior parte visando à construção de infra-estruturas para os militares: construção e ampliação de quartéis, aeroportos, bases navais, promovendo o reequipamento e a aquisição de barcos para transporte.

Portanto, para Oliveira (1990) o PCN em sua fase inicial, tem clara predominância militar, como o aumento da presença militar nas fronteiras, pois havia a preocupação com a influência de Cuba nas Guianas. O PCN, também foi pensando em assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação da região e “assistir” aos índios, na região ao norte das Calhas dos rios Solimões e Amazônia, e com a proposta de uma ocupação militar e econômica cuja extensão é de cerca de 6.771 quilômetros, ao longo das fronteiras com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, sobrepondo-se a vários Estados da federação.

Assim, a ocupação militar era importante porque era necessário assegurar a soberania brasileira e, econômica, porque era necessário desenvolver a região. O PCN, então, estendeu-se na fronteira norte-amazônica do Brasil, onde previu a aplicação de importantes financiamentos públicos destinados a aumentar a presença militar, bem como a desenvolver as

vias de comunicação, a produção energética e serviços básicos, a fim de atrair investimentos e fluxos migratórios para a região.

Segundo Albert (1991) o PCN se caracterizou numa série de projetos e medidas elaboradas nesse momento para se colocar em operação um esquema geopolítico de ocupação militar e econômica das fronteiras amazônicas no Brasil, definida pela Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança.

Uma consideração importante a se fazer sobre o espaço geográfico em que o projeto foi proposto, é que se trata de uma área com populações indígenas (22,7% do total da população indígena) e, portanto, havia a questão da demarcação de suas terras e, também, uma área com concentração de jazidas minerais.

Segundo Oliveira (1994), do ponto de vista militar, o PCN partiu dos seguintes princípios: **a)** Aumento da presença militar na fronteira; **b)** Existência de um grande vazio demográfico, principalmente nas fronteiras da Guiana e Suriname; **c)** Demarcação das Fronteiras; **d)** Necessidade de planejamento para ação governamental e privada, visando à ocupação da área; **e)** Maior intercâmbio com os países vizinhos; **f)** Política indigenista apropriada à região. Podemos observar que os seguintes princípios colocam novamente a imagem da Amazônia como a de “vazio demográfico”, uma nova política indigenista a região e ainda coloca a área com baixa atuação do Estado.

Em relação aos índios, o PCN apresentava uma nova política indigenista, e, portanto, colocava o índio como um problema a ser resolvido. Para tanto, o projeto visou uma boa quantia da verba total recebida, para a FUNAI, além de considerar a ação indigenista como assunto sigiloso, pois havia a preocupação com a sensibilidade política e nacional que a discussão causava, onde somente representantes da FUNAI estavam autorizados a falar sobre o assunto, e, aqueles que não eram autorizados a falar e aqueles que fizessem críticas ou ações contrárias aos chamados “interesses nacionais” eram considerados inimigos (missionários, antropólogos, etc.).

Para Oliveira (1990), as verbas destinadas a FUNAI seguem uma das características do PCN: as verbas de impactos, ou seja, concentrando investimentos em um primeiro momento e depois a redução para realizar a manutenção. Além disso, esse autor também afirma que essa verba, destinava-se, a melhorar a infra-estrutura da FUNAI como órgão tutelar dos índios.

Mas esse autor vai mais longe, para ele, essa reestruturação da FUNAI tomou a organização militar como padrão e modelo, já que houve a hierarquização dos funcionários,

aumento do controle sobre os índios, melhorando antigas estruturas negativas para os índios em vez de melhorá-las ou muda-las.

Em termos da descrição de atividades concretas a serem implementadas pelo PCN não há qualquer inovação substantiva face às práticas já existentes da FUNAI. Postos Indígenas, Casas do índio e unidades regionais fazem parte de há muito da infra-estrutura da FUNAI, constituindo-se na expressão mais patente da falência de um modelo de ação indigenista que não beneficia os índios nem influi favoravelmente sobre as suas condições de vida. O problema de um tal esquema de atuação não é somente estender-se até onde a FUNAI não age, mas principalmente o seu viés autoritário e burocrático, o seu desconhecimento das necessidades e das aspirações indígenas, a sua baixa capacidade de conviver (ou mesmo permitir) com iniciativas e formas de organização da população que é objeto da administração. (OLIVEIRA, 1990, p. 22).

Ao que parece, a reestruturação da FUNAI, visou muito mais o controle sobre índios e conseqüentemente sobre a região, do que autonomia para os mesmos.

Com efeito, no que se refere ao diagnóstico feito para a região no PCN, uma nova política indigenista era muito necessária, claro que na ótica dos formuladores do projeto, já que era preciso ter o desenvolvimento econômico da região visto que havia um “vazio demográfico”, falta de infra-estrutura capaz de viabilizar as iniciativas positivas de desenvolvimento para a região: como poucas hidrelétricas, rodovias para transportes, e poucos recursos sociais (educação, saúde, etc.).

Assim, outra constatação importante foi o do potencial mineral na região, mas impossibilidades de utilizá-los vistos os imperativos, legais, das terras indígenas.

Portanto, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), passou a realizar críticas a esses imperativos legais, utilizando como argumento o número restrito de indivíduos para grandes reservas territoriais para eles. Assim, o CSN com apoio da FUNAI, criou estudos e medidas que pediam aos poderes executivos e legislativos revisões legais e administrativas da política indigenista e uma nova política para a região.

Através de decretos presidenciais, foram feitas modificações nas normas que norteiam o processo de regulamentação das terras indígenas, como quem passaria a compor o grupo para decidir delimitações das terras (o CSN era um deles), como também conceituar essas terras: de índios aculturados, de índios poucos aculturados. Como compatibilizar a delimitação de áreas indígenas com a utilização de suas riquezas naturais (do solo e subsolo) dentro de projetos de desenvolvimento regional, onde a classificação de índios aculturados ou não amplia ou retira o acesso dos índios a utilização das terras.

Alem, é claro de haver uma preocupação com possíveis interesses externos que viessem a forçar delimitações de grandes reservas indígenas na região do Calha Norte, criando nações indígenas dentro da nação brasileira.

Para Oliveira (1990) essa “nova política indigenista” colocada no PCN, visou a “[...] reformulação da sistemática de delimitação das terras indígenas e a normatização da exploração de meios de utilização do Patrimônio Indígenas para fins de desenvolvimento econômico e refinanciamento do órgão tutor” (pp. 29).

Segundo Becker (1990) o Projeto Calha Norte prossegue a militarização da política regional, entendida como única solução para os conflitos crescentes e prossegue também na estratégia espacial de criar territórios para ação direta do governo federal. O PCN consiste fundamentalmente em bases militares e foi proposto visando à segurança da área. Mas segurança contra quem, ou melhor, de quem? Dos garimpeiros? Indígenas? Ong ambientalistas? Segurança do Meio Ambiente?

O PCN, portanto, pretendia apaziguar os conflitos: contrabando de ouro; as convulsões políticas nos países vizinhos e na América Central, o conflito entre garimpeiros, índios e empresas, a influência das missões religiosas (área dos Ianomâmis, na fronteira com a Venezuela, onde vivem cerca de 10 000 índios e com reserva de ouro, urânio e pedras preciosas)

Dessa forma também devemos pensar que a preocupação com a Amazônia, nesse momento, não foi somente dos militares, visto que o governo civil rapidamente implementou o projeto, revelando a necessidade de se assegurar a presença do Estado.

Para Sílvio Meira (1992) em artigo chamado A Amazônia e o Projeto Calha Norte publicado na Revista Defesa Nacional (revista de assuntos militares), o autor concebe o projeto com algo patriótico, uma maneira do Brasil afirmar sua soberania em um território que é seu:

Felizmente, surgiu um grandioso projeto, no sentido de ocupar-se a valorizar-se a região [...]. É o chamado “Plano (ou Projeto) Calha Norte”, que vem provocando protestos de inimigos da pátria, muito deles estrangeiros com interesses não bem definidos, estranhos opositores, alguns afirmando até que o Brasil “quer impor ali a sua soberania” como se fosse um crime uma nação afirmar a sua soberania num território que é seu. (MEIRA, 1992, p. 31).

Por se tratar de um artigo de uma revista militar, podemos perceber que além da necessidade de se assegurar a soberania em um lugar cheio de riquezas como é a Amazônia, o autor também propõe a utilização dessas riquezas, assim como os índios também não devem

ter grandes quantidades de terra, pois “[...] se enquadrariam, perfeitamente, na categoria de latifundiários, de acordo com as definições do Estatuto da Terra, promulgado governo no Castelo Branco. E latifundiários que não produzem”. (MEIRA, 1992, p. 38).

Dessa forma, percebe-se que a preocupação em poder explorar terras indígenas.

O que podemos observar com as considerações dos autores acima (ALBERT, 1991; BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1990; OLIVEIRA, 1994,) é que o PCN revelou a autonomia e velocidade de atuação das Forças Armadas naquele contexto, que apesar do desprestígio político pós-ditadura militar, ainda mostrou sua força de atuação e um pensamento desenvolvimentista para a Amazônia, colocando esta sob tutela dos militares.

Portanto, havia a necessidade de assegurar a presença militar e conseqüentemente assegurar a soberania brasileira nas fronteiras; necessidade de desenvolver economicamente a região, criando para isso uma infra-estrutura no local, realizar uma nova política indigenista, levando em conta que a área concentra jazidas minerais e terras das populações indígenas.

Como nos mostra Nascimento (2005) o projeto nos seus dois primeiros anos recebeu grande verba, principalmente para ocupação militar e melhoramento de seus equipamentos, assim como a FUNAI, visando é claro os índios e suas terras. Este autor vê benefícios no PCN, para ele as quantias destinadas ao PCN são justificáveis por que:

[...] o PCN, a médio e a longos prazos, trará segurança e representará a diminuição da incerteza quanto aos riscos da perda da soberania brasileira sobre a Amazônia, evocada em um dos discursos em voga entre as autoridades militares e seguimentos da opinião pública. Em conseqüência, são quantias justificadas pelas demandas; os benefícios são desejados pela elite militar, que invoca a defesa territorial (NASCIMENTO, 2005, p. 118).

Segundo este autor nos anos 1990-1999, o projeto PCN é deixado de lado pelo governo (financeiramente, com redução das verbas), não por descaso deste em relação à Amazônia, mas justamente ao contrário, pela preocupação do mesmo em operacionalizar o SIVAM² – Sistema de Vigilância da Amazônia (sistema de vigilância composto de sensores, radares e monitoramento por satélite) um projeto bilionário. Revelando, assim, a preocupação do Estado em garantir presença na Amazônia, sendo essa preocupação uma constante histórica por parte do Estado.

Nascimento (2006) também afirma que a atuação do Estado é positiva no combate às atividades ilegais na fronteira Amazônica e os processos de integração tem estimulado a presença militar na região do Calha Norte.

² O PCN e o SIVAM integram o Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM, com sede em Manaus, ao qual estão subordinados. O SIPAM é um sistema que visa coordenar as ações de vigilância na Amazônia.

Para Pinto (2002) o projeto PCN em 1985 revelou a força da doutrina da segurança nacional para a Amazônia, já que a doutrina ainda afirmava a insegurança nacional da região, além de fazer alerta a novos inimigos, como as Ongs ambientalistas, com ligação com narcotraficantes. Ou como esse autor também afirma o imperialismo americano, que utilizaria os recursos da Amazônia para manter em movimento as “engrenagens do império”, revelando assim, a necessidade da tutela da Amazônia pelos militares (PINTO, 2002, p. 133).

Portanto, para o autor, o SIVAM também segue a lógica do Calha Norte para a Amazônia, de que esta região é frágil e insegura. O SIVAM é um programa militar e geopolítico em pleno regime civil, que utiliza tecnologia americana (empresa Raytheon, um dos satélites Pentágono) sem que cientistas brasileiros opinassem no projeto:

Essas duas criaturas representam a ressurreição de um lázaro que não chegara exatamente a ser lacrado na caverna onde os entulhos autoritários foram depositados a partir de 1985: a tutela militar na região definida pela doutrina de segurança nacional. Essa tutela tem-se tornado mais ou menos rígida conforme as instabilidades do democratismo brasileiro, uma frágil e tenra plantinha que os políticos cultivam sem muito tato, [...]. Independentemente das mudanças no comando do poder, entretanto, a doutrina de segurança nacional manteve o seu percurso ascendente e o seu viço na Amazônia. (PINTO, 2002, p. 135).

4.1 O PCN e o Meio Ambiente

Procurando responder as perguntas feitas ao nosso objeto:

- Qual a concepção de progresso para a Amazônia, no projeto Calha Norte?
- Este projeto expressa uma concepção do que é meio ambiente para os militares?

No que se refere a relação com o progresso, podemos notar que havia a preocupação dos militares em relacionar a segurança com o progresso material da região, ou seja, a região deveria, para estar segura, ter forte presença militar tanto em pessoal como em uma infraestrutura militar desejável e qualificada (quartéis, navios).

Em relação ao progresso este seria sempre a constante desenvolver a região com uma também infra-estrutura básica (hidrelétricas para energia, rodovias) e migrações de populações, já que a região ainda afigura-se como vazio demográfico, ou seja, muito próximo dos objetivos nacionais vitais.

Podemos aferir que esse projeto foi elaborado em um contexto histórico específico, e que acerca das perguntas propostas por nós a esse objeto em questão, este não foi elaborado

visando à questão ambiental, ou seja, o foco ambiental ainda não era prioridade naquele momento para o PCN.

Porém, ainda cabem algumas análises sobre como o meio militar percebe o meio ambiente.

Em todos os autores lidos e discutidos neste capítulo, as grandes questões do Calha Norte por eles colocadas referem-se: a força militar nas decisões tomadas no projeto e para a Amazônia, revelando autoritarismo por parte destes com retomadas de práticas da ditadura, mesmo no contexto de transição democrática; índios e suas terras e desenvolver a região, soberania e segurança nacional.

Entretanto, mesmo que não esteja clara a preocupação com o meio ambiente, este projeto nos possibilita pensar que a relação com o meio ambiente esta muito associada à idéia de se desenvolver a região. Remontando, assim, ao pensamento desenvolvimentista durante a ditadura, claro que não tão forte como naquele contexto, mas ainda vendo a região como um “vazio demográfico”, e assim, se devia utilizar os recursos naturais, mesmo não sendo claro como seria feita à exploração destes, além da perspectiva de se integrar a Amazônia ao resto do país.

Assim, o meio ambiente não é tratado, o que não exclui pensarmos que ainda estavam em uma perspectiva de pensar o meio ambiente e a natureza como recursos para desenvolverem a região. Dessa forma, temos a preocupação dos militares em criar mecanismos, através do CSN e mesmo da FUNAI, para viabilizar a exploração dos recursos naturais, leia-se, os minerais das reservas indígenas.

Contudo, se não já não era possível realizar grandes projetos faraônicos para a Amazônia, mas ainda assim pensava-se em desenvolver a região do Calha Norte, nesse contexto, também não podemos excluir a preocupação militar de pensar uma relação de segurança com o meio ambiente.

No meio militar a preocupação existe com ambientalistas, ou a quem estes estavam associados, como já foi muito discutido neste trabalho. Assim, a preocupação dos militares com o meio ambiente, segue uma lógica diferente do pensamento ambiental, mesmo que essa relação ainda mantenha uma distância entre o meio ambiente e os militares.

Como nos fala Andrade Junior:

[...] grande parte da coletividade militar expressa a idéia de um meio ambiente exclusivamente brasileiro, podendo revelar incompleta formação de seus quadros quanto à problemática ambiental e uma postura de afirmação da soberania aplicada aos tratos ambientais, exemplificada pela crença hegemônica da “ameaça da internacionalização da Amazônia. (s/d, p. 23).

Portanto, o pensamento militar brasileiro tende ir para uma noção de segurança ambiental (ANDRADE JUNIOR, s/d, p. 210-223), um conceito que está associado a idéia de segurança nacional, ou seja, a estratégia e o uso de força do Estado para resolver conflitos, sejam eles como forem, entendendo que existe uma insegurança ambiental (gerado pelos efeitos da degradação ambiental, como a escassez de recursos importantes para manutenção da vida), fomentada pela vulnerabilidade que causam ao bem estar das pessoas e países.

Desse modo, por mais que a instituição militar melhore seus equipamentos bélicos ou suas estruturas como modo de garantir a segurança, os mesmo não podem frear a destruição do meio ambiente, pelo contrário só podem aumentar.

Com efeito, Andrade Junior (s/d, p. 82-113) ao estudar os currículos das escolas militares, percebe que há falta de estudos e práticas nos assuntos ambientais, que lhes possibilite, então, uma ação mais acertada, sensibilizada com o meio em que realizam suas atividades. Entretanto, por ser uma instituição com forte atuação em projetos, como o PCN, torna-se necessário que os militares passem a rever sua formação nas questões ambientais, ou mesmo, um exemplo, o reconhecimento de que as fronteiras pouco significam para os problemas ambientais.

Em relação ao PCN, mais especificamente, a característica ambiental só vai aparecer no projeto a partir de sua revitalização, após o ano 2000.

Com a revitalização do projeto, este passa a se chamar “Programa Calha Norte”, sendo subordinado ao Ministério da Defesa (https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte) e no seu documento de apresentação, coloca-se desenvolvimento sustentável, mas sem muito aprofundamento sobre essa questão. Aqui segue um trecho do texto do documento de apresentação do Programa Calha Norte. Neste trecho podemos observar a referência ao meio ambiente:

1. O QUE É “CALHA NORTE”?

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, visando promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e **o meio ambiente**, em harmonia com os interesses nacionais.

Na sua trajetória, o PCN esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal. Atualmente, está subordinado ao MINISTÉRIO DA DEFESA que considerando a estratégia adequada à região, busca desenvolver ações que colaborem efetivamente para as duas principais vertentes do Programa:

- ▶ Contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte.
- ▶ Contribuir para a Promoção do Desenvolvimento Regional.

Vencida a etapa pioneira da implantação do Programa, quando se chamava Projeto Calha Norte, prioritariamente dirigida a Faixa de Fronteira, cresce a importância do PCN, tendo em vista o agravamento de certas tendências presentes no mundo amazônico.

Entre os principais problemas, figuram o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação e o espraiamento dos ilícitos transfronteiriços. Nesse contexto, crescem, igualmente, as necessidades de vigilância da fronteira e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais.

Outro importante e urgente aspecto a ser considerado no norte amazônico é a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e **ecologicamente sustentáveis**.

2. O OBJETIVO

► “Aumentar a presença do Poder Público na região do Programa Calha Norte, contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na Região”. (https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/apresentacao_calhanorte . Acesso em 01/11/2008, grifo nosso).

Observa-se neste documento ainda a forte presença militar na região, entretanto são colocadas as ações voltadas para as comunidades da região, e como objetivo principal fixar o homem no local. E que o desenvolvimento da região deve seguir os padrões de sustentabilidade para região, com o uso racional dos recursos. Mas não esclarece como é esse uso racional nem como seria a sustentabilidade.

Neste documento, logo em seu início, começa afirmando que desde 1985, quando era o projeto Calha Norte, havia a preocupação como o meio ambiente, mas como já f por nós, esse não era um tema essencial naquele contexto, e mesmo que agora no documento seja colocada à preocupação com o desenvolvimento seja feita com sustentabilidade, não significa que, necessariamente, exista ou se cumpra tal preocupação.

Assim, o interessante em relação ao PCN seria uma análise mais consistente aprofundada do projeto após 1990, para entender melhor como o meio ambiente é ali concebido. Entretanto não é o objetivo deste trabalho.

Para nós, ficou bem claro que os objetivos do PCN, no período por nós recortado, segue uma lógica muito particular das Forças Armadas e que ainda estava longe de se pensar uma relação profícua com o meio ambiente.



Ilustração 2: Mapa do programa Calha Norte, na região Amazônica.
(https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte. Acesso em 01/11/2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o meio ambiente foi determinante para escolha deste trabalho, como a necessidade de compreendermos e analisarmos as ações do homem no meio em que vive. Pois entendemos que as modificações causadas no meio ambiente são conseqüências de uma concepção de natureza que consideramos ser importante estudar, face aos problemas ambientais do presente, tais como: efeito estufa, desmatamentos, poluição, entre outros e que são em parte resultantes dessa problemática levantada.

Escolhemos estudar essa problemática, no meio militar, tendo como objeto de estudo o projeto Calha Norte, pois entendemos que os militares têm relação com o meio ambiente, ou seja, concebem o meio ambiente e interferem nele de alguma forma, seja em treinamentos de guerra, seja concebendo projetos de desenvolvimento, por isso a importância de se discutir algo que aparentemente não possui ligação, militares e meio ambiente.

Dessa forma procuramos organizar nosso argumento, entendendo primeiramente que à visão sobre o meio ambiente pela a sociedade em geral, caracteriza-se por uma visão antropocêntrica, ou seja, a natureza é tomada como “propriedade” humana. E ainda discutimos que noções de natureza e meio ambiente, assim como a relação homem/meio está inserida dentro de uma concepção ocidental de progresso e que faz parte de uma cultura, sendo esta construída historicamente.

Seguindo nosso pensamento, em relação à Amazônia procuramos mostrar as várias imagens que existem sobre ela (Vazio demográfico, Eterna Potência, entre outros), como o conceito de fronteira se aplicou a tentativa do governo militar de se modernizar a região e conseqüentemente o país.

Durante a ditadura militar observamos que esse desenvolvimento para a Amazônia era vista com uma necessidade de integrá-la ao resto do país, mesmo que para isso fosse preciso colocar a floresta abaixo. Nesse momento os interesses econômicos eram vistos como prioridade faces a outras questões, como a preservação ambiental.

Saindo da ditadura militar, percebemos que Amazônia em um contexto de desprestígio político dos militares, surge como uma nova missão para o meio militar. Entretanto a Amazônia, como missão nova ou não, sempre teve uma importância, e a elaboração do projeto Calha Norte, revela isso.

Observamos, portanto, que o PCN não trata do meio ambiente no período por nós recortado (1985-1990), e que este só vai aparecer no documento do ministério da defesa após sua revitalização, posterior aos anos de 1999. O que não nos impede de pensar que o meio

ambiente ainda não figurava com prioridade. Esse projeto foi pensando em contexto em que a soberania, assegurar o território, internacionalização e a problemática indígena, eram discussões pertinentes e prioritárias dentro do meio militar em relação à Amazônia, assim como a perspectiva de ainda desenvolvê-la economicamente.

O PCN mostrou, assim, a autonomia das Forças Armadas em tomar para si a tutela da Amazônia, em um momento que acontecia a transição democrática no Brasil. E apoiado pelo Estado, visto que era necessário assegurar a presença militar em uma região esquecida do resto do Brasil, e extremamente vulnerável a conflitos.

Em outra perspectiva, o pensamento militar também pode ser associado ao conceito de segurança ambiental, no sentido de estratégia e segurança por parte do Estado, porque por mais que pensemos que os militares possuem uma relação de distanciamento com o meio ambiente, a lógica militar difere do pensamento ambiental, pois concebe um ambiente que pertence exclusivamente ao Brasil e, portanto, somente este pode pensar em proteger ou utilizar seus recursos.

Para nós este trabalho possibilitou uma olhar mais aprofundado da relação homem/meio ambiente, e mais especificamente dentro do meio militar, onde percebemos os valores que norteiam o pensamento dessa instituição em suas ações no meio em que atuam.

Nossas preocupações, portanto, continuam, e esperamos que esse trabalho possibilite reflexões acerca das nossas relações com o mundo em que vivemos e com os outros, já que natureza e homem são compostos pelos mesmos elementos deste universo grandioso. E os caminhos que o meio ambiente está seguindo, em decorrência da ação humana, merecem ser reavaliados por toda a sociedade e, inclusive pelo meio militar, em suas práticas muitas vezes autoritárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBERT, Bruce. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, Philippe & Adélia E. de OLIVEIRA (orgs.) **Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), p. 37-58. 1991

ALMEIDA, Jozimar P. A Agroindústria de Açúcar e a Eco-História: A Extinção do Arco-Íris. In **História e Meio Ambiente o Impacto da Expansão Européia**. Funchal - Ilha da Madeira: Centro de Estudos de história do Atlântico, 1999, pp. 423-438.

_____. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Errante no campo da razão: o inédito na história: contribuição para um estudo de história e ecologia**. Londrina: Eduel, 1996.

_____. **Biodiesel o “Óleo Filosofal”: Desafios para a educação ambiental, no caldeirão do “Desenvolvimento Sustentável”**. Londrina: Atrito Art Editorial, 2007.

ANDRADE JUNIOR, Hermes. **Limites e Desafios aos Militares Brasileiros em relação à Questão Ambiental**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ - Saúde Pública, s/d, p.333.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CARVALHO, Leonardo A. Internacionalização da Amazônia legal? Aspectos político-Históricos e Neo-Colonialismo Expropriatório. In **Revista Cena Internacional**. 3 [2]: 247-268. 2001.

CASTRO, Hebe. In CARDOSO, Ciro.F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DEAN, Warren. **Ferro e Fogo - a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERRAZ, Francisco C.A. Á Sombra dos Carvalhos: Civis e Militares na Formação e Consolidação da Escola Superior de Guerra. In **Pós – História**, Assis: São Paulo, 85-97, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

MEIRA, Silvio. A Amazônia e o Projeto Calha Norte. In **A Defesa Nacional – Revistas de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro, Junho, 1992.

MORBACH, Marise Rocha. **A Publicidade no Período Médici: Os Efeitos da Propaganda de Ocupação da Amazônia**. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001(CD-ROM). São Paulo: Intercon. 2001.

NASCIMENTO, Durbens M. Projeto Calha Norte: A Amazônia Segundo a política de Defesa Nacional. In CASTRO Celso (org.) **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NASCIMENTO, Durbens M. Governança e Financiamento do Projeto Calha Norte. In **Novos Cadernos NAEA**. Junho, pp. 115-140, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus. 1994

OLIVEIRA, João P. Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte, pp. 15-33. In **Programa Calha Norte: militares, índios e fronteiras**. Rio de Janeiro: UFPR, 1990.

PINTO, Lúcio F. Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia. In **Estudos Avançados**, pp. 131-139, 2002.

REIS, José C. A Especificidade Lógica da História in **VÁRIA HISTÓRIA**, Minas Gerais, 2002.

SANTOS, Boaventura S. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, 1981.

VEYNE, Paul. Tudo é Histórico, Portanto a História Não Existe. In Silva, Maria B.N. (ORGS). **Teoria da História**. São Paulo: Cultirx, 1986, pp. 45-55.

ZHOURI, Andréa. **O Fantasma da Internacionalização da Amazônia Revisitado. Ambientalistas, Direitos Humanos e Indígenas na Perspectiva de Militares e Políticos Brasileiros**. In <http://www.ndu.edu/chds/udes2002/documents/papers>.

Sites:

<http://www.geocities.com/toamazon> (acesso em 25/09/2008)

<http://www.sivam.gov.br/amazonia/apres1.htm> (acesso em 20/09/2008)

<http://www.verde.org.br/biomas.php>. (acesso em 22/09/2008)

https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/apresentacao_calhanorte. (acesso em 1/11/2008)

ANEXOS

Anexo 1

OS MILITARES E A DEFESA DA AMAZÔNIA³

O processo de desmantelamento das Forças Armadas, segundo os NEOLIBERALISTAS alinhados com a Nova Ordem Mundial, tornou-se evidente a partir do término da bipolaridade.

A nova doutrina do Pentágono tenta desviar as Forças Armadas de países latino-americanos de suas nobres funções protetoras de seus Estados, ocupando-as em sustentar uma possível vocação de mobilidade das fronteiras norte-americanas. Tal fato torna-se evidente quanto ao alto nível de aceitação dessas forças, em relação ao ambíguo papel que lhes foi imputado no combate ao narcotráfico e na "diminuição da violência". A sociedade e os militares sabem que a violência, não somente no Rio de Janeiro, mas no país inteiro, provém principalmente da injustiça social, da concentração de riquezas, do desemprego e dos baixos salários. A entrada de armas pesadas e de tóxicos resulta da inoperância do governo federal.

No Brasil, a redução drástica do papel das Forças Armadas atinge níveis altamente preocupantes. Além dos mecanismos impostos pelo novo ordenamento internacional, permanecem latentes, ainda, algumas reminiscências de revanchismo relativas ao longo período que os militares ocuparam o Poder.

A desastrosa administração Collor, àquela época, já recebia orientação alienígena sobre a importância do esvaziamento do papel das Forças Armadas, em que pese o engodo de ter promulgado a Lei Complementar 69, de 13 de julho de 1991, que atribuía ao segmento militar importante parcela de participação no desenvolvimento nacional.

No momento, a delicada questão de "parcerias", pleiteada pela Secretaria de Comércio Americano, no que respeita ao monopólio das comunicações e do petróleo, caminha a braços com as propostas de emenda da Constituição. Estes fatos, ao coincidirem com possível monitoração externa da Amazônia – em que se planeja a presença física de tropas na região, sob o torpe pretexto de "proteção" a grupos indígenas – obriga o Brasil a reverter à situação caótica e de penúria das nossas Forças Armadas, antes que seja tarde.

Não podemos deixar as nossas Forças Armadas transformarem-se em Milícias Populares, Guarda Costeira e Aviação sem Força, atendendo aos interesses do Primeiro Mundo.

Neste ano decisivo para o destino da nação brasileira, em que o segmento militar preocupa-se com a criação do Ministério da Defesa, com orçamentos reduzidos, menores do que o recomendável para garantir a manutenção de relativa soberania, o que poderá ocorrer? O seu desmantelamento irreversível, frontalmente contrário ao Brasil Novo que tanto almejamos construir. Há que se refletir sobre o esboço de princípio fundamental que a Nova Ordem Mundial apresenta, quanto ao estabelecimento de um "sistema de soberanias limitadas" sobre as áreas do planeta e sob os mais variados pretextos, o qual implica na destruição do conceito de Estado Nacional Soberano. Neste cenário, a Amazônia e seus vastos recursos naturais passariam a ser considerados como "Patrimônio da Humanidade". Ora, a lição de Chiapas aplica-se perfeitamente em nosso país, dada à relação que guarda com os

³ Este texto pode ser encontrado no seguinte site www.geocities.com/toamazon, acessado em 25/09/2008. É importante colocarmos que este texto não é do período por nós recortado, entretanto, pode ser utilizado como fonte para este trabalho, visto que faz referências ao nosso recorte temporal, e revela o pensamento militar sobre a Amazônia, muito importante para este trabalho.

problemas da Região IANOMANI. Diversos grupos de antropólogos, etnólogos, ecologistas e indigenistas, em comunhão com os "centuriões da Wall Street", principais articuladores das ONGs, buscam encetar a idéia-força de fragmentação dos Estados. Estes grupos apregoam, cínica e descaradamente, que os atuais Estados devem ser divididos de acordo com rastros raciais e étnicos, de forma a vulnerabilizar a sangria das riquezas nacionais por potências estrangeiras.

A demarcação da área IANOMANI, imposta ao então Presidente Collor, após uma negociação com o FMI, causa até hoje grande indignação no meio militar. O subsolo daquela região, além de conter jazidas de ouro, diamante, estanho, cassiterita, zinco, cobre, chumbo e fosfato, detém o privilégio de possuir o RAFIUM e o ITRIUM, minerais de altíssimo valor estratégico.

A "COUNTERPUNCH", conhecida por divulgar documentos comprometedores do "ESTABLISHMENT" revela que o CHASE MANHATAN BANK sugeriu ao governo mexicano a eliminação dos Zapatistas, rebeldes indígenas de Chiapas – região que concentra as maiores reservas de petróleo daquele país – como meio de recuperar a confiança dos investidores.

A questão IANOMAMI, em conjunto com a enfadonha polêmica de aquisição de equipamentos para o SIVAM e o enfraquecimento do Projeto Calha Norte, merecem uma reflexão profunda.

Sob os mantos generosos da ONU, é bem possível que, dentro em breve, os "rambos" resolvam promover "exercícios" na região "enclave", por eles denominada "Nação Ianomami".

A nação brasileira não deseja, por certo, exaurir cerca de US\$ 1 trilhão das reservas minerais da região IANOMAMI, montante suficiente para pagar o equivalente a sete vezes o valor de nossa dívida externa. Não podemos permitir que ocorra a desvalorização do real, semelhante ao que ocorreu com o peso mexicano, e que se expropriem as riquezas da região IANOMAMI, como aconteceu em CHIAPAS. Já estamos escaldados, historicamente, quando promoveram a desnacionalização abismal da moeda brasileira frente à moeda inglesa, acompanhada da espoliação de nosso ouro.

O povo brasileiro não quer e não aceita trilhar o episódio de Chiapas. Se necessário for, vamos nos lembrar dos exemplos das guerras do século, travadas na selva (China, Pacífico e Vietnã) que não foram vencidas pelos que dispunham de maior panóplia militar, mas sim pelos que conquistaram o coração e a mente de seus habitantes. O reduzido potencial que ainda resta de nossas Forças Armadas deve permanecer alerta para a Frente Estratégica Amazônica. Neste sentido, torna-se necessário aumentar a quantidade de Organizações Militares naquela área, com contingentes bem armados e treinados.

O Brasil deve demonstrar ao mundo que a segurança do território e do espaço aéreo sobrejacente da Amazônia é perfeitamente compatível com a proteção do meio ambiente e o respeito às áreas indígenas. Afinal de contas, a ecologia e o índio constituem-se, inalienavelmente, elementos essenciais de nossa nacionalidade.

Preocupemo-nos com a nossa Amazônia antes que seja tarde demais.

* O autor é Coronel-Aviador R/R e Conferencista Especial da Escola Superior de Guerra.